

# Uma história da exclusão: o Liame Operário e a segregação racial no Rio Grande do Sul

*A history of exclusion: the Liame Operário and racial segregation in Rio  
Grande do Sul*

*Una historia de la exclusión: el Liame Operário y la segregación racial en  
el Rio Grande do Sul*

**Me. Renan Costa Valle Scarano**<sup>1</sup>

**Ma. Alice Leoti**<sup>2</sup>

**Jaqueline Maia Rodrigues**<sup>3</sup>

## Resumo

O presente artigo procura realizar uma abordagem sobre a segregação racial no extremo sul do Rio Grande do Sul, no município de Santa Vitória do Palmar (SVP). Para isso, investiga-se tal problemática a partir do referencial teórico de Michel Foucault e suas investigações acerca do poder. Esse trabalho sugere realizar uma leitura do sujeito negro enquanto construção sociocultural, a partir do viés proposto por José d'Assunção Barros em sua obra: "A construção social da cor" (2009). A metodologia empregada foi de caráter exploratória com abordagem qualitativa. Para isso, tal metodologia utilizou-se da pesquisa bibliográfica e como coleta de dados, utilizou-se de entrevistas com pessoas do Clube Liame Operário. As entrevistas, foram realizadas com base num questionário com questões semiestruturadas. Este trabalho estrutura-se da seguinte forma: Num primeiro momento, apresenta-se a perspectiva foucaultiana de poder onde o outro é percebido na modernidade a partir de práticas de exclusão. Num segundo momento, aborda-se a perspectiva da construção sociocultural do negro a partir do pensamento de José d'Assunção Barros. Por fim, utiliza-se das narrativas e das entrevistas para abordar a segregação racial no município de Santa Vitória do Palmar, fazendo uma ligação com a construção sociocultural do negro e a prática da exclusão.

*Palavras-chave:* Poder; Clube Social; Segregação Racial; Liame Operário.

## Resumen

Este trabajo tiene por objetivo realizar un abordaje a respecto de la segregación racial en el extremo sur de Rio Grande del Sul, en la ciudad de Santa Vitória do Palmar (SVP). Para eso, se investiga ese problema a partir del referencial teórico de Michel Foucault y sus investigaciones acerca del poder. Ese artículo sugiere realizar una

<sup>1</sup> Mestre em Política Social; Universidade Católica de Pelotas – UCPel; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. [renanscarano@hotmail.com](mailto:renanscarano@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural; Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. [aliceleoti@hotmail.com](mailto:aliceleoti@hotmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. [ja\\_que\\_maia@hotmail.com](mailto:ja_que_maia@hotmail.com)

lectura del sujeto negro como una construcción sociocultural, a partir del abordaje propuesto por José d'Assunção Barros en su libro: "A construção social da cor" (2009). La metodología utilizada fue de carácter exploratorio con abordaje cualitativa. Para eso la metodología que se utilizó fue la pesquisa bibliográfica y como colecta de datos, se utilizó de entrevistas hechas con personas del Club Liame Operário. Las entrevistas fueron realizadas teniendo por base un cuestionario con cuestiones semiestructuradas. Este artículo está organizado de la siguiente forma: En un primer momento se presenta la perspectiva foucaultiana del poder donde el otro es percibido, en la Modernidad, a partir de prácticas de exclusión. En un segundo momento, se discute la perspectiva de la construcción sociocultural del sujeto negro a partir del pensamiento de José d'Assunção Barros. Por último, se utiliza de las narrativas y de las entrevistas para abordar la segregación racial en el municipio de Santa Vitória do Palmar, realizando una ligación con la construcción sociocultural del sujeto negro y la práctica de exclusión.

*Palabras claves:* Poder; Club Social; Segregación Racial; Liame Operário

### **Abstract**

This article conducts a discussion of racial segregation in the southern Rio Grande do Sul, in the city of Santa Vitória do Palmar (SVP). For this, we investigate such issues from the theoretical from Michel Foucault and his investigations about power. This work suggests performing a reading of the black subject as social and cultural construction, from the book of José D'Assunção Barros: "A construção social da cor" (The social color construction). The methodology employed was exploratory method with a qualitative research. For this, this methodology was used bibliographic research and how data collection, were interviewed with partners of Liame Operário Club. The interviews were conducted for a semi-structured interview guide. This study is structured in the following way: first comes the Foucault's perspective of the power, where the other is perceived in modern times from exclusionary practices. The second part, is approached the perspective of social construction of black subject from the line of thought of José D'Assunção Barros. Finally, uses the narratives and interviews for approached the racial segregation in the city of Santa Vitória do Palmar, making a connection with the social-cultural construction of black subject and exclusionary practice.

*Keywords:* Power; Social Club; Racial Segregation; Liame Operário.

### **Introdução**

O presente trabalho, surgiu como uma forma de dar continuidade e de aprofundar a pesquisa realizada por Jaqueline Dias de Oliveira em seu trabalho de conclusão de curso intitulado: "Entre Memórias e narrativas: Lembranças de um Carnaval" (2016), cuja temática era analisar, enquanto evento, o carnaval de Santa Vitória do Palmar, nas décadas de 1940 a 1960. No entanto, surgiu nas narrativas do TCC fatos que conotavam a segregação racial existente em tal município. Desta forma, neste artigo, pretende-se abordar a questão da segregação racial no município de Santa Vitória do Palmar como uma forma de eliminação do outro, neste caso, o negro que é colocado num lugar de inferioridade social, cultural e econômica. Para isso, escolheu-se como referencial teórico o pensador francês Michel Foucault, naquilo que se refere as suas análises sobre as formas e as práticas de exclusão do outro na sociedade ocidental e José D'Assunção Barros, sobretudo sua obra "A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira" (2009), para abordar o "negro", enquanto construção social, a partir de uma série de mecanismos e estratégias que construíram o sujeito negro.

Pretende-se realizar uma abordagem exploratória de caráter qualitativo. A metodologia empregada foi a bibliográfica e como forma de coleta de dados, utilizou-se de entrevistas com pessoas que participaram da história do Clube Liame Operário. Para as entrevistas, utilizou-se de um questionário com questões semiestruturadas.

### **Michel Foucault e a questão da exclusão**

A questão da exclusão pode ser analisada na obra foucaultiana, sobretudo, na forma como, a partir da modernidade, os mecanismos de poder, se desenvolveram e, se relacionaram com o sujeito. Nessa perspectiva, o sujeito é analisado por Foucault, enquanto produto das relações de poder, trata-se do sujeito da loucura, da sexualidade, do sujeito delinquente, do operário e do indivíduo perigoso. As instituições modernas, como a escola, a prisão, o hospital e o hospital psiquiátrico, são entendidos no viés foucaultiano como uma forma de fixar os indivíduos num determinado espaço, para corrigir seu comportamento, produzindo dessa forma, novas subjetividades. Nesse sentido, Foucault ressalta em sua analítica do poder que tais tecnologias estão para produzir sujeitos. Porém, há de se notar que existem práticas de exclusão inseridas na sociedade moderna.

Em seu curso intitulado “Os Anormais” (2010), proferido no ano de 1975, Foucault fala da exclusão aplicada aos leprosos, ocorrida no Ocidente, desde a época medieval.

A exclusão da lepra era uma prática social que comportava primeiro uma divisão rigorosa, um distanciamento, uma regra de não contato entre um indivíduo (ou um grupo de indivíduos) e outro. Era, de um lado, a rejeição desses indivíduos num mundo exterior, confuso, fora dos muros da cidade, fora dos limites da comunidade (...). Enfim, em terceiro lugar, essa exclusão do leproso implicava a desqualificação – talvez não exatamente moral, mas em todo caso jurídica e política – dos indivíduos assim excluídos e expulsos (FOUCAULT, 2010, p.37).

A respeito dessa prática, que excluía determinado grupo social, Foucault, considera que tal política ainda é, hoje, uma “maneira como o poder se exerce sobre os loucos, sobre os doentes, sobre os criminosos, sobre os desviantes, sobre as crianças e sobre os pobres” (FOUCAULT, 2010, p.37). A forma de exclusão do leproso, funcionou na sociedade moderna como um modelo político, um modelo de poder de controle de determinada população.

Acho que essa prática ou esse modelo da exclusão do leproso foi um modelo historicamente ativo, ainda bem tarde na nossa sociedade. Em todo caso, quando, em meados do século XVII, deu-se início à grande caça aos mendigos, aos vagabundos, aos ociosos, aos libertinos, etc., e sancionou-se, seja pela rejeição para fora das cidades de toda essa população flutuante, seja por seu internamento nos hospitais gerais – acho que ainda era a exclusão do leproso, ou esse modelo, que era politicamente ativado pela administração real (FOUCAULT, 2010, p. 38).

Esse modelo da política de exclusão, ganhou novas formas na modernidade. Foucault analisou as instituições modernas e percebeu que a função que elas exerciam na sociedade era de internar o indivíduo para produzir um sujeito.

O Classicismo inventou o internamento, um pouco como a Idade Média a segregação dos leprosos; o vazio deixado por estes foi ocupado por novas personagens no mundo europeu: são os ‘internos’. O leprosário tinha um sentido apenas médico, muitas outras funções representaram seu papel nesse gesto de banimento que abria espaços malditos. O gesto que aprisiona não é mais simples: também ele tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, morais (FOUCAULT, 2009, p.53).

Tendo por objetivo o assujeitamento e a individualização da pessoa, o poder disciplinar que se desenvolve no século XVII, se utilizou de exercícios repetitivos a fim de que o corpo o indivíduo fosse adestrado. Agiu também, num intuito de controlar, nas instituições modernas, o tempo e o espaço ocupado pelos indivíduos a fim de torná-los dóceis e úteis. Dessa maneira, o mecanismo de poder disciplinar não age para reprimir os indivíduos, mas para produzir sujeitos. A detenção realizada pelas instituições, seja a escola, a prisão ou a fábrica, é uma medida que investe forças sobre o indivíduo a fim de que ele seja útil e dócil. Uma das características centrais do poder disciplinar apontadas por Foucault (2008) foi o de

estabelecer os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e (...), a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros (Idem, p.75).

Ao analisar a abordagem sobre o poder realizada por Foucault, Colombani (2008, p.33), argumenta que a disciplina,

*no es otra cosa que el intento de ordenar las multiplicidades humanas, como dispositivo tecnológico de ordenar, clasificar y especializar lo Mismo y lo Otro, en un intento cuidadoso de evitar las mezclas, las contaminaciones, las impurezas que horadan las certezas y, sobre todo, un prolijo intento de neutralizar la dispersión de las fuerzas que toda mezcla supone. Neutralizar es aspecto negativo de lo impuro es el rédito político de la ordenación (COLOMBANI, 2008, p.33).*

Portanto, na sociedade moderna, desenvolveu-se uma tecnologia de poder que produz sujeitos, essa produção responde a um controle geral sobre determinado grupo de pessoas estabelecendo uma demarcação entre o que é normal e o anormal. Nessa perspectiva, a vigilância, a hierarquização, as inspeções, as escriturações, os relatórios e os registros funcionam na óptica de uma normalização social.

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se formar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma (FOUCAULT, 2008, p.75).

Há, portanto, uma construção histórica do sujeito, pois, ele aparece no pensamento foucaultiano como resultado das relações de poder. O sujeito não é um dado *a priori*, mas uma forma que se constrói por práticas e por tecnologias de poder. Sobre isso, ao comentar sobre o pensamento foucaultiano, Castro (2009, p.407) defende que “o problema do sujeito é (...) o problema da forma-sujeito”. Para analisar a questão da construção do sujeito é mister que se faça uma abordagem histórica onde é tecida a forma do sujeito. Tal como sugere Foucault, em suas investigações sobre o poder disciplinar, a modernidade desenvolveu mecanismos de exclusão na sociedade ocidental e o Brasil também presenciou essa forma de normalização social.

A definição de doença e da loucura e a classificação dos loucos foram feitas de modo a excluir de nossa sociedade um certo número de pessoas (FOUCAULT, 2010b p.126).

O Rio Grande do Sul, nos séculos XIX e XX, comportou em seu território e, sobre certa população, uma perspectiva política de exclusão. O mecanismo de poder disciplinar, teve dois grandes exemplos em solos gaúchos, o Hospital São Pedro, criado em 1884 e o Hospital Colônia de Itapoã, criado em 1940. A exclusão do outro aparece como algo em comum nessas instituições, a exclusão que se faz pela diferença em relação à saúde, seja ela mental ou não, e pela ameaça que o outro pode oferecer.

Com o objetivo de exercer um controle geral sobre a população, separando uns e incluindo outros, a sociedade moderna, expandiu suas tecnologias de poder disciplinar a fim de corresponder a tal propósito. Porém, há outras manifestações de exclusão nas sociedades ocidentais.

Nesse sentido, a xenofobia, a exclusão social da mulher, a homofobia, a transfobia, o racismo, representam formas de exclusão que se propagaram em solos brasileiros. E, o Rio Grande do Sul, também revela o racismo que se manifesta em sua história. Percebe-se, nessa direção, que em seus aspectos sócio culturais, há práticas de exclusão em relação ao negro em

algumas sociedades gaúchas. Nesse ponto, a segregação racial, que é enfatizada nesse trabalho, é um reflexo da construção social do negro ocorrida nas Américas.

Na região de Pelotas e Rio Grande, a introdução do negro se deu precocemente, juntamente com o povoamento da região, intensificando-se a partir do final do século XVIII, com o desenvolvimento das charqueadas, o que resultou numa das maiores concentrações regionais do elemento afro-descendente (LONER, 2009, p.241).

Em Santa Vitória do Palmar, no final do século XIX, no ano de 1861, portanto, ainda quando era um povoado, por ordem da Câmara Municipal de Rio Grande, o fiscal José Maria Rosa, realizou um levantamento de dados sobre tal povoado. Nesse aspecto, salienta Arriada (2015), esses dados foram reunidos e documentados como dados geográficos.

Em minucioso documento, tendo como título “Freguesia de Santa Victória: Estatística Geográfica Natural e Civil da Freguesia de Santa Victoria do Palmar”, diversos dados são relatados (ARRIADA, 2015, p.120).

Esses dados diziam respeito as características da região do recém-criado povoado e de sua população. No documento “Relação das pessoas residentes na Nova Povoação – 1861”, Arriada (2015), cita alguns coeficientes que apontam que, em tal época, a cultura rural era a principal fonte de riqueza da população. E, é nesse contexto que o negro é inserido em Santa Vitória do Palmar, ainda como escravo. Do total da população no perímetro urbano, aponta o documento viviam 402 moradores. Desses,

250 são livres (os senhores e suas famílias), o que corresponde a 62,18% dos habitantes; 118 são escravos, correspondendo a 29,35%; os agregados, caixeiros e peões (embora livres, resolvi separar numa categoria que poderíamos chamar de trabalhadores livres), são constituídos por 34 indivíduos, perfazendo 8,20%. Deste modo, podemos caracterizar essa sociedade como escravagista, onde o elemento escravo atuava de forma preponderante, com certeza em todas as atividades cotidianas (ARRIADA, 2015, p.122).

O negro é inserido nessa região como escravo, ou seja, sua condição enquanto pessoa humana não se dá na mesma posição que os brancos que viviam nesse povoado e dos que viriam para essa região. Porém, já após a abolição da escravatura (1888), a população negra continuou tendo uma posição inferior em relação ao branco, ele não era mais escravo, mas seguiu ocupando uma posição social percebida como inferior pelo homem branco. No município de Pelotas, distante 250km de Santa Vitória do Palmar, relata uma entrevistada:

a discriminação racial foi muito forte, consubstanciando-se, nos primeiros anos da República, no impedimento em utilizar espaços públicos, como algumas praças, frequentar clubes e cinemas, cafés, confeitarias, bares e, em alguns casos, até barbearias (LONER, 2009, p.242).

Em conversas com cidadãos autóctones do município de Santa Vitória do Palmar, é possível acercar-se do problema que abarcava a condição das pessoas negras nesse município. Os relatos apontam para fatos ocorridos entre o início do século XX até meados dos anos 80 em que o racismo podia ser percebido explicitamente. Tais fatos, são narrados por pessoas que vivenciaram esses acontecimentos, entre eles: “As cortinas das janelas de alguns clubes sociais da cidade, eram puxadas para os negros não olharem para a festa que acontecia dentro do salão”. Além de não poderem entrar no recinto de alguns bailes gauchescos ocorridos na campanha, lembra uma entrevistada: “até meados dos anos 70, em alguns lugares, existia uma corda separando as pessoas brancas dos negros”; “alguns CTG’s, não deixavam negros dançarem no mesmo salão que os brancos”; também, houveram relatos que apontaram que eram enviadas cartas de desligamento do clube social para sócios brancos que se “juntavam” com mulheres negras.

Uma entrevistada relatou sua experiência, quando ela trabalhava numa loja de roupas, em que frequentavam em sua grande maioria, pessoas de família abastada que compravam vestidos e demais utensílios para irem aos bailes da cidade, algumas questionavam a entrevistada perguntando por que ela não ia aos bailes, diziam: “por que você não vai ao baile? você pode ir, você não é negra, é amarela!”. Os relatos indicam que houve, sobretudo no âmbito sociocultural uma segregação racial, isso significa que não era permitido que pessoas negras frequentassem os mesmos lugares que as pessoas brancas. Ou seja, a cor da pele foi um fator de exclusão da população. Segregação que se deu em relação a uma diferença, no entanto, essa diferença que serviu para marcar, para estigmatizar tal grupo, foi uma construção social.

### **O negro enquanto construção social**

A esfera social é um espaço de conflitos, nela, as relações de poder estão presentes, por vezes, essas relações se dão numa perspectiva de eliminação do outro, por outra, elas visam a confluência da diversidade humana em espaços democráticos. O ocidente conhece muitas formas de exclusão do outro, seja em relação a cor da pele das pessoas, a sua etnia, a sua sexualidade ou a sua religião. Com isso, é preciso frisar que tudo aquilo que aponta para



uma diferença em relação a um modelo predominante e dominador, pode transformar-se em alvo de exclusão, seja ela institucionalizada ou não.

Nessa perspectiva, Colombani (2008, p.46), argumenta que, em toda sociedade há uma necessidade de controle de certos aspectos de sua identidade e, uma das formas desse controle se dá em relação as práticas de construções dos sujeitos. “*En el interior de toda sociedad se pone en marcha esa usina de construcción de lo Mismo y de lo Otro, un otro intracultural*”. Nesse sentido, José D’Assunção Barros em sua obra intitulada de “A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira” (2009) visa analisar o sujeito “negro”, enquanto constructo sociocultural e histórico. A proposta central da obra é:

discutir como, a partir dos fundamentos do sistema colonial e da escravidão africana no Brasil, foi socialmente construída a ideia de uma raça negra por oposição à ideia de uma raça branca, ao mesmo tempo em que iam sendo desconstruídas no Brasil antigas diferenças étnicas e tribais que existiam (e que ainda existem) no continente africano (BARROS, 2009, p.15).

Vale mostrar a história brasileira, comporta muitas formas de exclusão do outro, o racismo, o machismo, a transfobia ou a homofobia, revelam que a na construção da sociedade brasileira há elementos e estratégias políticas que visam a exclusão do outro.

Enquanto isso, ‘ser negro’ em uma sociedade que beneficia os que são considerados ‘brancos’, ‘ser mulher’ em uma sociedade machista ou que favorece preponderantemente os homens em relação ao nível de remuneração e acesso ao emprego, ser estrangeiro residente em um outro país, ou pertencer a uma minoria religiosa em uma sociedade que possui uma outra religião dominante... Eis aqui as diferenças que são socialmente percebidas, por vezes socialmente construídas, e que geram implicações sociais específicas – implicações relativas a grupos humanos, e não apenas a indivíduos tomados isoladamente. (BARROS, 2009, p.10, grifo do autor).

Nesse sentido, cabe uma aproximação entre Michel Foucault, enquanto pensador que aborda o problema da exclusão nas sociedades modernas e das análises sobre as técnicas de poder, enquanto mecanismos produtores de sujeitos e José Barros D’Assunção que em sua obra (2009) aborda a construção do negro nas Américas.

Para Barros (2009), o racismo e as diferenças são percepções que são construídas nas sociedades, isto é, as pessoas aprendem a ser racistas ou não. Da mesma maneira, a forma como as pessoas são levadas a se reconhecerem enquanto sujeito de uma identidade, também é um processo sociocultural. Diante disso questiona o autor: “o que é perceber ou ser percebido como um ‘negro’, ou na contrapartida, ser percebido como um ‘branco’?” (BARROS, 2009, p.11). O outro, não é enxergado enquanto negro, por que ele é negro, pois:



o que é ser negro? É por que se aprende a olhar o outro enquanto negro, enfatizando um determinado traço que logo é realizada a ligação entre os traços e a identidade. A partir dessa perspectiva, é possível tencionar e desnaturalizar as visões que se tem sobre certos problemas em torno da questão do sujeito, não enxergando a produção histórico e social que está entrelaçada em torno dessa problemática.

Nessa perspectiva, salienta Barros (2009), ninguém nasce negro ou branco, mas

aprende-se a ser negro ou branco no seio de determinadas sociedades que, através de indelévels e complexos processos culturais, terminaram por implantar esta forma de percepção na mente de cada um dos indivíduos que a constituem (BARROS, 2009, p.11).

Portanto, não há uma natureza branca ou uma natureza negra a ser afirmada, ao contrário, as pessoas se tornam negras ou brancas. Assim, como a África foi inventada pela Europa, a noção de negro,

foi construída por supressão ou minimização das diferenças tribais, é preciso salientar que os negros africanos tampouco se viam como “africanos” (Idem, p.40).

A África do Norte, lembra o autor, pertenceu politicamente ao Império Romano, “e deste ponto de vista todas as regiões europeias e norte-africanas em torno do Mar Mediterrâneo (...) constituíam uma unidade”. Com isso, a África como realidade continental não se impõe como dado evidente e sim como construção histórica.

Barros (2009, p.10), ao problematizar a questão das diferenças de cor e enfatiza que um dos

problemas sociais mais enfáticos e insistentes de democracias e ditaduras modernas giram precisamente em torno da percepção social das diferenças produzidas por estes quatro ou cinco genes.

Vale lembrar que em termos biológicos, ressalta Barros, parafraseando Sturm; Marx; Ramsay que no artigo *Human Pigmentation Genetics: The difference is only skin deep* (1998), que:

a cor da pele é determinada pela quantidade e tipo do pigmento melanina presente na derme e que sua variação é controlada por apenas quatro a seis genes (BARROS, 2009, p.10).

Do ponto de vista científico, afirma Barros (2009, p.26), “as raças não existem enquanto realidades biológicas bem definidas”. Nesse aspecto, pode-se dizer que a humanidade consiste em sua diversidade de existências. As pesquisas do Projeto Genoma<sup>4</sup>, argumenta Barros (2009), já demonstraram que

todos homens modernos descendem de uma matriz comum oriunda de certa região da Etiópia pré-histórica – ou seja, existe apenas uma única “raça humana” (BARROS, 2009, p.27).

O mundo humano é composto de uma diversidade, e esta multiplicidade diz respeito as inúmeras e indefinidas tonalidades de pele. Há

inúmeras e indefinidas tonalidades de pele (e não a três ou quatro), e que estas se somam a inúmeros tipos de cabelo e constituições labiais, a diversificados padrões cranianos e tendências de estrutura óssea, e a tantas outras distinções biológicas que a bem da verdade não nos permitiriam falar em absoluto em um tipo unificado de negro ou de branco (Ibidem).

Porém, o racismo continua sendo um aspecto determinante na vida das pessoas que são inferiorizadas e condenadas a permanecerem na esfera periférica na qual foram colocadas. Há uma percepção socialmente construída do indivíduo humano e, segundo Barros (2009), a tarefa das pessoas que investigam o mundo das relações humanas é

Compreender o que está por trás destas construções na sua origem, e como estas mesmas construções podem ou puderam ser retomadas para novos propósitos pelos homens que fazem e fizeram a sua história (BARROS, 2009, p.13).

Para que as diferenças humanas fossem percebidas num viés em que uns são bem vistos, enquanto outros mal vistos a partir de um traço que os caracterize, seja para estigmatizar ou excluir tal grupo social ou tal etnia, foi necessário que as relações de poder que envolvem e que agem na construção da identidade social funcionassem para esse propósito.

Para que uma parte da população brasileira pudesse passar a se ver como negra, foi preciso que o africano trazido ao Brasil como escravo deixasse de enxergar a si mesmo como *zulu*, *mandinga* ou *nuer*. Ou foi preciso, ao menos, que uma nova

---

<sup>4</sup> O Projeto Genoma Humano é um empreendimento internacional, iniciado formalmente em 1990 e projetado para durar 15 anos, com o objetivo de identificar e fazer o mapeamento dos genes existentes no DNA das células do corpo humano, determinar as sequências dos 3 bilhões de bases químicas que compõem o DNA humano e armazenar essas informações em bancos de dados acessíveis. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/biologia/projeto-genoma.htm>. Acesso dia 27 de setembro de 2016.

identidade recobrisse as outras identidades, estas ancestrais, que os africanos já traziam de suas localidades originais (BARROS, 2009, p.14).

Os europeus, quando desenvolveram a escravidão em solos americanos, racionalizaram a escravidão de uma perspectiva diferente daquela adotada na Grécia antiga. Essa racionalização significou um modo de “enxergar a escravidão como diferença” (Idem, p.37), uma diferença coletiva, não fundada numa natureza deficiente, como propôs Aristóteles, “mas sim um grupo humano específico, que traria na cor da pele os sinais de uma inferioridade da alma” (BARROS, 2009, p.38). Essa fundamentação da escravidão, foi inclusive autorizada pelo papa Nicolau V, em sua bula de 1454, intitulada *Romanous Pontifex*, escrita para a coroa portuguesa comenta Barros (2009, p.43). Os africanos que vieram para as Américas, vieram enquanto força de trabalho escravo, portanto, eles serviam para a produção de riquezas dos países europeus. A partir do século XVI, o homem branco, introduziu a escravidão “em um comércio transoceânico de âmbito mundial” (Idem, p.44) além disso, complementa o autor, também a transformou em “peça-chave dos sistemas econômicos coloniais até sua abolição nos vários países da América” (Ibidem). No entanto, além das colônias produzirem as riquezas a partir do trabalho escravo, o processo de escravidão também serviu para a construção da ideia de negro.

Entre os séculos XVI e XIX, os “negros” não se viam na África em absoluto como “negros”. “Negro” foi de algum modo uma construção “branca” – já que os povos africanos enxergavam a si mesmos como pertencentes a grupos étnicos bem diferenciados e em certos casos reciprocamente hostis (BARROS, 2009, p.39, grifos do autor).

“Negro”, foi um aspecto diferencial construído no Ocidente europeu, a partir da superação das diferenciações que existiam nas tribos africanas. A diferença “negro”, argumenta Barros (Idem, p.40),

foi construída a partir da igualização (ou da indiferenciação, seria melhor dizer) de uma série de outras diferenças étnicas que demarcavam as identidades locais no continente africano, sendo importante ressaltar que isto não ocorreu repentinamente, mas sim no decurso de um processo de quatro séculos que envolveu a implantação, realização e superação do escravismo – um processo que a princípio mescla, sem as confundir, as etnias, tribos e clãs, mas que ao mesmo tempo suprime gradualmente todas essas diferenças na consolidação da representação de “negro” (BARROS, 2009, p.40).

O procedimento chave para construir a ideia de negro, foi o de diluir as etnias culturalmente, misturando-as. Desta forma, construiu-se uma ideia de negro, “que transcende

todas as etnias, que as supera ou mesmo a cancela” (BARROS, 2009, p.48). Outra ideia levantada pelo autor, é que o negro no Brasil que passou a ser visto como “uma realidade única e monolítica” (Ibidem) e, foi levado a se reconhecer ele mesmo enquanto negro devido à perda de identidade que existia na África,

o negro afro-brasileiro sentiu-se compelido a iniciar a aventura de construir para si uma nova identidade cultural, adaptando-a à própria cultura colonial (BARROS, 2009, p.48).

Dentro desse processo de construção social da cor, o autor, acentua que há também, uma “produção de desigualdade através da escravidão e, na sequência, transformação desta desigualdade em diferença entre negros e brancos livres” (BARROS, 2009, p.51). Após a abolição da escravatura, em 1888, a

percepção de uma diferenciação “racial” entre negros e brancos continuou, contudo a fazer parte das percepções sociais mais significativas. A cor, na realidade brasileira pós-colonial, passou então a constituir uma diferença que habita o plano da essencialidade social e política. Mas a verdade é que a percepção deste tipo de diferença enfaticamente calcada na cor é uma questão cultural (embora a cor, ou a pigmentação da pele, constitua um aspecto natural no sentido biológico) (BARROS, 2009, p.51).

As etnias e os grupos sociais são compostos de particularidades, há traços que compõem um grupo fisicamente, culturalmente ou socialmente. O problema não é a diferença, mas a desigualdade que é produzida atribuindo “a cada uma destas etnias maior ou menor espaço social ou político” salienta Barros (2009, p.25).

Vale destacar que o censo populacional, instrumento da racionalidade política que visa o conhecimento e o controle de uma população, possui como um de seus objetivos, o conhecimento fenótipo de seu povo. Nesse sentido, para classificar as pessoas, um dos dados evidenciados como objeto de conhecimento é a cor da pele. Dessa forma, nos censos aparecem diferentes tipos de percepções em torno das pessoas que visam enquadrá-las em determinados parâmetros. No Brasil, os censos de 1872 e 1890, citados por Barros (2009, p.27), demonstram quatro divisões de raças ou grupos sociais que vivem em territórios brasileiros: “os brancos, os negros, os caboclos (ameríndios puros e seus fenótipos) e por fim os mulatos”. Mulato, analisa o autor, significa uma categoria na qual se colocavam todos os que pela pigmentação da pele, não se enquadravam a nenhuma das raças originárias.

Nina Rodrigues em 1890, escreveu uma obra denominada “Os mestiços brasileiros”, onde o autor tenta fazer um “enquadramento da população brasileira” (BARROS, 2009, p.28). Nela, o autor realiza uma tripartição da categoria “mulato”, “os de primeiro sangue, os que

puxavam mais para o negro, e os que puxavam mais para o branco” (Ibidem). Segundo Barros, nessa obra é apresentada, além da categoria de mulato, outras cinco categorias: branco, negro, mameluco (caboclo), cafuzo (negro mais índio) e pardos. Com isso, Rodrigues, “cria uma distinção entre os mulatos (branco + negro) e os pardos” (Ibidem). Já no último censo realizado no país, em 2010, aparecem cinco tipos de cores ou raças. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são elas: amarela, branca, indígena, parda e preta. Em todos esses casos, percebe-se a tentativa de enquadrar os grupos de pessoas pela percepção da cor da pele. Trata-se de criar categorias para captar os diferentes grupos que compõem a população brasileira.

É importante ressaltar o aspecto histórico por onde são construídas as diferenças, que nas sociedades modernas são feitas de fundamentos de processos sociais de exclusão. A partir dessas análises realizadas por Barros, e dessa perspectiva histórica abordada pelo autor, é possível, também, abordar o problema do racismo que se faz em torno da questão das diferenças. Nesse sentido, a segregação racial foi uma realidade em muitas cidades gaúchas, entre elas está Santa Vitória do Palmar, que traz em sua história fatos que dizem respeito a exclusão de pessoas negras do convívio social.

### **Do Liame Operário ao MIRPS: uma história de resistência**

Santa Vitória do Palmar localiza-se ao extremo sul do Rio Grande do Sul, é um território isolado pelas lagoas Mirim e Mangueira, e ao leste, é cercado pelo Oceano Atlântico. Durante muitas décadas, seu acesso se dava apenas através de barcos, seja pelas lagoas ou pela orla do balneário do Hermenegildo. Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), abriu-se uma rodovia, a BR-471, para ter acesso aos municípios vizinhos, porém, somente na década de 70 é que a rodovia foi asfaltada.

No final do século XIX, Santa Vitória do Palmar, assim como muitas cidades da região sul do Rio Grande do Sul, presenciou uma transformação em seu ambiente social. De acordo com Arriada (2015), esse período de transição,

do final do século XIX para o início do século XX, implica mudanças de uma sociedade agrário-pastoril, monárquica e escravagista, para uma sociedade ainda agrário-pastoril, mas agora dentro de uma nova ordem social – republicana e abolicionista. Deste modo na cidade essa mudança implica um lento processo de abandono de seus costumes rígidos, para uma sociedade mais flexível e aberta a mudanças (ARRIADA, 2015, p.143).

A cultura urbana, começou a ganhar espaço no povoado, isso culminou nos anos de 1930, período em que foram implementadas grandes mudanças nas estruturas do município. Com a urbanização, destaca Arriada (Idem, p.137-138),

novos espaços de convívio são gerados, as populações buscam os lazeres, o lúdico, o social, os divertimentos. Desse modo, as sociabilidades estabelecem novos padrões de comportamentos.

De uma cultura predominantemente rural, agrária e escravagista, o povoado foi sendo urbanizado. O mesmo autor aponta para algumas iniciativas do poder público que foram responsáveis pela “profunda transformação no espaço urbano” (ARRIADA, 2015, p.148). Entre essas medidas, destaca-se: a construção de ruas novas, a pavimentação de ruas, a criação do Povoado da Barra do Chuí, em 1931, o aterramento de grande parte das ruas da cidade, o escoamento de águas paradas, a criação de locais próprios para o abate de animais, locais para a captação da água, o ajardinamento das praças, todas essas ações, marcam o surgimento de uma nova sociabilidade em Santa Vitória do Palmar.

Aquela sociedade, marcada pela cultura rural, sofreu um choque com os hábitos e costumes da cultura urbana. Pois, além do saneamento e do paisagismo da cidade, ou seja, de novos padrões de organização e de controle da população, a emergência de uma cultura urbana, marcada pela criação de clubes, sociedades e teatro, trouxe consigo novos costumes e novos espaços onde as pessoas poderiam relacionar-se, já num ambiente republicano e abolicionista. As conversas, os jogos, os lazeres, que outrora eram reservados à casa das famílias, conforme afirma Arriada (2015), ganharam novos espaços, porém, essa nova cultura não atingiu a todos.

Algumas obras sobre a história do município destacam o surgimento de clubes e sociedades ainda no início do século XX, e apontam para uma nova forma de convívio entre os cidadãos. Seja na obra de Tancredo Fernandes de Mello, “O município de Santa Vitória do Palmar” (1911), seja na obra de Péricles Azambuja, “História das terras e mares do Chuí” (1978) ou de Eduardo Arriada, “Da Coxilha do Palmar à cidade de Santa Vitória do Palmar” (2015), acentuam-se a existência de clubes e sociedades criados pela sociedade santa vitoriense.

Tancredo Mello (1911), em seu estudo histórico, físico e político sobre o município, já mencionava sobre as sociedades e clubes criados em 1910. Entre eles, o autor cita: o Clube Carnavalesco Arara, fundado em 7 de fevereiro de 1910; o Clube Musical Lira Vitoriense, fundado em 12 de junho de 1910; o Esporte Clube Vitoriense, fundado em 21 de agosto de



1910; a Sociedade Pastoral, Agrícola e Industrial, fundada em 2 de janeiro de 1911; o Clube Recreativo, continuação do antigo clube Comercial, fundado em 1º de setembro de 1880. Ainda Mello (1911, p.247), cita também o Grêmio Particular Tália, fundado em 1906 e que, mais tarde, esse grupo de pessoas foi responsável pela criação do teatro Independência. Arriada (2015), também cita a criação do Clube Recreio dos Artistas, fundado em 14 de julho de 1893, como uma “resposta ao Clube Recreativo que congregava a nata sociedade” (Idem, p.148). Sobre o Clube dos Artistas, o mesmo autor argumenta que o mesmo, buscava:

congragar o proletariado da cidade, elevando o nível intelectual e moral dos mesmos. Tinha por fim: proporcionar a seus associados e suas famílias diversões úteis e agradáveis, como bailes e concertos, conferencias literárias e quermesses; exercícios que tendam ao desenvolvimento físico; criar e manter fundos sociais para permitirem a criação de escolas para o ensino elementar e profissional e manter um jornal para a defesa do proletariado, ter uma biblioteca (ARRIADA, p.149).

Já Azambuja (1978, p.121), acentua a presença da imigração italiana na região. No ano de 1879, afirma o autor, ano em que começam a chegar os imigrantes italianos da Calábria. Estes, ao chegarem “tomam posição de relevo no âmbito social de sua nova terra”, e fundam em 14 de dezembro de 1879 a *Società Italiana Benevolenza*.

No entanto, os autores, em suas pesquisas sobre a história de Santa Vitória do Palmar, não apontam para a criação do Clube Liame Operário, fundado no ano de 1923. Este clube, possui uma linguagem própria, que vai além das festas, bailes e acontecimentos culturais. Acontece que, o Liame Operário, representava um espaço reservado às pessoas negras e mestiças do município de Santa Vitória do Palmar de frequentarem um ambiente social que lhes era negado. Os negros e mestiços, não podiam frequentar os demais clubes da cidade, justamente pela cor de suas peles, o que se constata uma prática de segregação racial.

A segregação racial não atingia apenas aspectos festivos da comunidade, como frequentar os clubes. Mas, a função social do negro e do branco também eram delimitadas, enquanto um tinha posses, outro trabalhava para este. Da mesma forma, a distribuição geográfica da cidade também revelava essa separação. Em entrevistas realizadas, um entrevistado mencionou, que a formação do bairro Coxilha foi dedicada em sua grande maioria, para as pessoas negras viverem, enquanto o centro da cidade de Santa Vitória do Palmar, era o local das pessoas brancas que tinham posses e riquezas. O bairro Coxilha era visto como um bairro em que “a negrada se reunia para dançar e cantar” relata uma entrevistada. Outro bairro do município que teve a população negra como população majoritária foi a Vila Jacinto. Ao migrarem para a cidade, as pessoas negras que trabalhavam

nas fazendas da região como empregadas domésticas e peões de estância, agrupavam-se na região que mais tarde foi chamada de Vila Jacinto.

A indicação de que houve, até pouco tempo, uma segregação racial no município, pode ser verificado em conversas e em entrevistas com cidadãos nativos ou que vieram morar no povoado. No decorrer das prozas, as narrativas afirmam que havia um impedimento das pessoas negras de frequentarem os clubes da cidade, leia-se Clube Caixeiral e Clube Comercial. Nas entrevistas realizadas para o trabalho de conclusão de curso de Jaqueline Dias de Oliveira Rodrigues, intitulado de “Entre Memórias e narrativas: Lembranças de um Carnaval” (2016), percebe-se que, quando questionadas sobre a quantidade de clubes sociais que haviam entre as décadas de 40 e 60, as entrevistadas, não mencionam o Clube Liame. As instituições citadas como os clubes da cidade eram apenas duas, o clube Caixeiral e o clube Comercial. Constatou-se, nesta feita, certo desprezo pelo Clube Liame Operário, primeiramente, por não ser colocado em discurso justamente por não ser considerado um clube social, pertencente a comunidade local santa-vitoriense, mas por ser um clube de negros. Essa inferência pode ser notada em duas entrevistas com mulheres que participavam do carnaval em Santa Vitória do Palmar entre as décadas de 1940 e 1960.

Em primeiro lugar, sobre a existência dos clubes, a entrevistada 1 dizia: “Eram, o Comercial (...). Depois tinha o Caixeiral, que hoje tão construindo, reformando para fazer o museu”. Após essa fala, a entrevistadora pergunta novamente se existia mais clubes na cidade, daí a entrevistada 1 comenta: “Tinha o Liame Operário, que era dos morenos”. Já a entrevistada 2, quando questionada sobre quais os clubes que existiam naquela época, afirma:

Tinha estes mesmo, o Caixeiral lá embaixo, depois o clube Comercial. Já em 1950, o Clube Caixeiral passou para cá, para este, foi inaugurado dia 1º de maio de 1950 quando saiu lá de baixo onde era a Turfe para vir para cá, eu estava com 22 anos (...).

Sobre a rememoração do carnaval daquela época e sobre o funcionamento dos clubes, a entrevistada 1 dizia: “O melhor era o clube Comercial. O Caixeiral era bom também, mas era menos, era mais humilde e o Liame Operário era dos morenos, todos são sociais” (Grifo nosso). Nota-se nessas primeiras falas, que ao ser colocado em discurso, após a entrevistadora ser enfática e perguntar até duas vezes sobre quais clubes existiam, o Liame Operário parece ser um clube pertencente à outra sociedade, a outros cidadãos de outra cidade, não à mesma que atingia tanto o Caixeiral quanto o Comercial.

Outro fator interessante de se notar com relação as fontes que falavam sobre o Liame é sobre a posição socioeconômica das pessoas negras e mestiças que viviam no município.

Durante a entrevista, quando questionada se sabia o que se passava no clube Liame Operário, sobre sua organização e sobre os bailes, a entrevistada 1 respondia: “Tinha porque as empregadas nossas frequentavam. Eles tinham biblioteca, tinham tudo, tudo direitinho”. Os negros santa vitorienses trabalhavam para as famílias tradicionais, que formavam parte da elite do município. “Nossas empregadas frequentavam o Liame”, diz a entrevistada 1 e, a partir dessa relação que havia entre as empregadas e as famílias, os brancos passavam a saber o que se passava no clube.

Na época da fundação do Clube Liame, seus sócios, que eram todos negros, realizavam trabalhos braçais. Eram pedreiros, carpinteiros, soldados, enfim, pessoas simples, que dedicavam seus horários de folga do trabalho e os fins de semana para erguerem as paredes do clube social. O primeiro presidente eleito do clube, o sr. Arthur Rodriguez, trabalhava de fiscal da prefeitura, essa antiga profissão, era responsável por recolher os animais da rua e levar para um lugar propício. Outros sócios, trabalhavam de carroceiros, fazendo fretes, quando vinham barcos, eles buscavam as malas, às vezes até pessoas, também carregam as cargas que vinham dos barcos, tudo isso demonstra que os fundadores do clube, eram pessoas com pouco recurso, porém, sentiam a necessidade de ter um espaço para poderem se reunir, para conviver, para se divertirem, trocar experiências, etc.

A naturalização ou a internalização do racismo pode ser percebida na fala das entrevistadas. Ao comentar sobre esses fatos de impedimento das pessoas negras frequentarem os clubes Caixeiral e Comercial, uma das entrevistadas esclarece: “Meu pai nunca foi racista. Pra mim negro era gente igual. Fui criada assim. A pessoa vale pelo que é e não pela cor” ressaltava, porém, quando perguntada sobre qual dos clubes que a entrevistada frequentava, ela diz: “Nos dois, o Comercial e o Caixeiral”. “Nós não éramos racistas”, diz uma das entrevistadas, mais adiante a mesma entrevistada ao ser perguntada se os negros entravam nas festas, ela afirma:

Nós não éramos preconceituosas não. A nossa geração já não era, mas infelizmente a sociedade ainda não aceitava. Nós nos criamos grandes amigas do (...). Eu dizia, hoje eu disse parece mentira que nós nunca podemos dançar com eles, por causa daqueles preconceitos bobos de antigamente.

Era “por causa da cor?”, questiona a entrevistadora, e a entrevistada muda de conversa: “A gente se...”.

Nas entrevistas, há um relato, narrado pela entrevistada 1, de um episódio sucedido com o então deputado estadual Carlos Santos<sup>5</sup>. Certa feita, o deputado, que era negro, foi a Santa Vitória do Palmar para a realização de um comício, a entrevistada 1 descreve:

Me lembro que uma vez, o deputado Carlos Santos, famoso, eu admirava muito ele, que ele era de Rio Grande, veio a Santa Vitória, mas a festa, fizeram fora do clube porque ele era negro (...).

Durante a época do carnaval, havia um momento em que as pessoas do Liame, entravam para os clubes Comercial e Caixeiral para darem uma volta no salão cantando suas marchas. Tratava-se de um costume que havia no carnaval da cidade em que os cordões dos clubes se visitavam. “O único dia que eles podiam entrar nos clubes Caixeiral e Comercial, era no período da apresentação do cordão. Quando faziam a volta no salão do Clube Comercial, era a hora deles saírem, pois não tinham permissão para participar da folia destes clubes”, afirma uma entrevistada. Sobre o momento em que os negros visitavam o clube dos brancos, a entrevistada 3, que era uma associada do Liame, afirma: “Sim, entravam (...). Mas só para apresentação. Sempre foi assim a vida”. Conclui a entrevistada.

A criação do Clube Liame Operário ocorreu devido a população negra não poder frequentar o mesmo espaço que a população branca. Desta feita, um grupo de pessoas se juntou e construiu o Recreio da Classe Operária, associação voltada para fins sociais, ou seja, ser um lugar em que as pessoas negras e mestiças do município de Santa Vitória do Palmar pudessem se reunir e realizar atividades sociais e de lazer típicas de clubes sociais. Consta na ata do dia 13 de junho de 1923, data oficial da criação do Clube Liame Operário, que foi o cidadão Arthur Rodrigues, que mais tarde foi eleito presidente em 18 de junho do mesmo ano, que sugeriu a criação de uma sociedade cujo nome dado foi de “Recreio da Classe Operária”. Mais tarde, quando foi criado o estatuto do Clube, o nome foi trocado para Clube Liame Operário.

---

<sup>5</sup> “Neto de escravos alforriados e filho de libertos, Carlos Santos nasceu em 1904, em Rio Grande/RS. A liderança de Carlos Santos como metalúrgico lhe rendeu o seu primeiro mandato como deputado estadual classista. A partir da nova Constituição Estadual, promulgada em junho de 1935, que seguiu o modelo corporativista já adotado na Carta Federal, foi criada a figura do representante classista, espécie de líder sindical com assento na Assembleia. Em 1959, é eleito novamente deputado estadual pelo PTB, permanecendo na Assembleia até 1975, sendo que nos dois últimos mandatos ficou na bancada do MDB. Em 31 de janeiro de 1967 Carlos Santos foi eleito presidente do Legislativo gaúcho. Após deixar o Legislativo, assumiu como deputado na Câmara Federal no ano de 1975. Encerrou sua carreira política em 1982 como deputado federal. Em maio de 1989, o Rio Grande do Sul perde o percurso na luta pela igualdade de raças e na defesa das minorias”. Disponível em: <http://deputadocarlossantos.blogspot.com.br/2007/04/carlos-santos-pioneirismo-negro-na.html>. Acesso dia 02 de agosto de 2016.

Um dos entrevistados, relatou que, após a compra do terreno, alguns sócios e fundadores, saíram pelas ruas para pedir dinheiro para construírem o prédio. Entre os benfeitores que ajudaram, seja com materiais ou com dinheiro, se encontram pessoas brancas. Já como clube social, o Liame Operário, através de seu estatuto, organizado em 1944, os sócios expressam em tal documento os objetivos, as regras da sociedade e seus fins:

O Clube Liame Operário, tem por fim proporcionar aos seus sócios em sua sede, reuniões diárias, leitura de jornais, jogos lícitos e, de quando em vez, bailes e outros divertimentos são, pugnando pelo culto dos princípios de civismo e educação, o Clube procurará festejar as grandes datas da nossa nacionalidade, dentro do espírito de harmonia e sociabilidade que se esforçará, por alimentar entre os seus membros. Por isso mesmo, o clube será por princípios, infenso às questões de partidatismo político, ou religioso, não consentido que em sua dependência se trate ou discuta assuntos de tal natureza (Estatuto Clube Liame Operário, Santa Vitória do Palmar, 1944).

Observa-se que os objetivos do Clube vão ao encontro do nome proposto, “Liame”, que significa prender ou ligar uma coisa, unir uma pessoa a outra, criar um vínculo. Deste modo, há o estabelecimento de um espaço para a reprodução da cultura negra no município, um local cujo significado é também simbólico, pois, representa a resistência de um certo grupo de pessoas que buscou uma alternativa numa sociedade que segregava as pessoas pela sua cor.

Uma das mulheres entrevistadas, para este trabalho, Dona Cândida, mencionou que o clube Liame passou por más administrações, nesse período o prédio ameaçou cair. Na época em que o clube ficou desativado devido as más condições de suas estruturas, a diretoria do Clube Rio Branco, que na época tinha por presidente o senhor Antônio Oliveira, que já havia sido presidente do Liame Operário, emprestou o salão de festas, para que os sócios do clube Liame prosseguissem com suas atividades. Esse período durou cerca de dez anos, relatou dona Cândida.

Porém, Antônio de Oliveira reassumiu a presidência do clube e, com mais algumas sócias e sócios antigos e novos, reuniram-se e formaram um grupo de jovens para reconstruir o Clube. Através desse grupo de jovens que se realizaram bailes e festas no clube Rio Branco. Os jovens, conta Dona Cândida, “vendiam convites para festas, para chá com bolo, para pescaria, atividades em geral que serviram para arrecadar dinheiro para reconstruir o prédio”. Para a reconstrução do clube, além dos sócios e sócias, foi imprescindível a solidariedade de algumas entidades do município.

Agente não tinha mesa, não tinha cadeira, agente pediu ao Vitoriense que emprestasse mesa e cadeira, outra vez que tinha baile, nós íamos no CTG pedir mesa e cadeira, trazíamos de caminhão, descarregava na calçada e botava tudo pra dentro. Terminava os bailes nós entregávamos tudo de novo e aí a gente foi fazendo festa e não tinha forro, não tinha nada. No carnaval agente só fechou, fez os banheiros que eram necessários, colocamos bastante serpentina e confetes, fez uma copa improvisada e assim a gente fez o primeiro baile de inauguração.

Dessa forma, construiu-se o prédio onde funciona até hoje, o Clube Liame Operário. O término da construção se deu na gestão do presidente Antônio Oliveira no ano de 1975. O terreno foi uma doação do pai de Antônio, o senhor Victor Oliveira.

Algum tempo depois, relata Dona Cândida, ela passou a fazer parte da diretoria do clube Liame. Durante esse período, dentro do Clube, a partir da iniciativa de professoras de escolas municipais, estaduais e da rede particular do município, construiu-se o Movimento de Integração Racial Palmares do Sul – MIRPS.

Essas professoras, relata dona Cândida “tinham consciência do racismo que havia na sociedade santa vitoriense”, eram mulheres que sofreram preconceito em diversas ocasiões, inclusive dentro das escolas, por parte de alguns alunos e de alguns professores. Chegou num momento, relata Dona Cândida, que essas professoras começaram a planejar um movimento negro em Santa Vitória do Palmar e criaram o MIRPS em 2008. Trata-se de um movimento de cidadãos comprometidos com a discussão e promoção da igualdade racial.

Inseridas ao Liame Operário, essas professoras agendaram uma data para realizar uma Mostra Negra. Dessa forma, organizaram em novembro, a “Primeira Mostra Afro”. Chamaram professores de fora da cidade para conferirem palestras sobre o tema, convidaram professoras de dança, de capoeira, pintores e artistas negros que eram de Santa Vitória do Palmar para exporem suas obras. Com o objetivo de mostrar a arte, a música e a cultura e demais produções do povo negro santa vitoriense, surgiu no ano de 2006 a Primeira Mostra Afro. Nos anos que seguiram, 2007 e 2008 as mostras foram realizadas no Clube Liame Operário.

O MIRPS, organiza as mostras afro todo dia 20 de novembro, além de realizar palestras nas escolas do município e no Chuí com temas direcionados a cultura afro. Em 2008, o MIRPS funcionava no salão da comunidade católica que está localizada no bairro Vila Jacinto. Nessa época, eram oferecidas aulas de dança, capoeira e violão, depois, começaram os seminários formativos.

O primeiro seminário foi realizado no dia 20 de novembro de 2008, teve por título: “Resgate da cultura negra”, foram oferecidos cursos sobre a vida de Zumbi dos Palmares, Gregório de Mattos Guerra, A batalha dos Porongos, a vida de João Cândido, a vida de



Machado de Assis. As palestras são até hoje voltadas para o conhecimento de ideias e de biografias de negros no Brasil. Em 2009 os seminários também tiveram por tema o “Resgate da Cultura Negra”. Em 2010 o tema dos seminários foi “Inclusão Política Social”. Em 2011 o tema foi “A mão negra na construção do Brasil” e, em 2012, “A importante contribuição dos africanos na formação econômica e cultura brasileira”. Os objetivos do MIRPS são de reunir, organizar, promover e difundir a história da cultura do povo afro descendente.

Percebe-se que o Liame Operário, foi um espaço que serviu para reunir a população negra que não podia acessar e participar dos clubes da sociedade santa vitoriense. Dessa forma, a criação do Liame foi resultado direto da segregação racial local e a partir desse, surgiu o movimento do MIRPS visando a conscientização e a difusão da história e da cultura do povo afro-descendente.

## **Conclusão**

Embora tenha ocorrido uma mudança cultural no município de Santa Vitória do Palmar, conforme ressaltou Arriada (2015), no final do século XIX para o XX, que implicou a passagem de uma sociedade agrário-pastoril, monárquica e escravagista, para uma sociedade ainda agrário-pastoril, republicana e abolicionista, alguns aspectos da ordem social foram mantidos. Esses aspectos que foram mantidos, dizem respeito à exclusão de certo grupo da vida social santa vitoriense. De fato, as práticas de exclusão, infelizmente ainda são realidades nas sociedades ocidentais.

Michel Foucault em suas análises sobre as relações de poder, acentuou que na modernidade acentuaram-se mecanismos de normalização da sociedade. Esses mecanismos funcionavam em instituições e se utilizavam de tecnologias para integrar uns e excluir outros. Assim como Foucault analisou que houveram práticas de exclusão em instituições modernas, a construção social brasileira apresenta também práticas de segregação. O racismo é um exemplo de que a exclusão do negro foi uma realidade em solos brasileiros. Barros (2009) defende a ideia de que assim como as diferenças são percebidas, elas também são construídas. Nesse caso, o pensador argumenta em sua obra que o negro é uma construção social. As diferenças são percepções construídas nas sociedades, nessa perspectiva é que o negro foi construído nas Américas, a partir da junção de várias etnias e grupos provindos de regiões diferentes do território designado de África.

Percebe-se que da exclusão de uma população negra, surgiu a ideia de criar uma associação voltada para o encontro daqueles que lhe era negada a vida social. O fato de não ser permitida a entrada dos negros nos demais clubes sociais do município de Santa Vitória do

Palmar, demonstra o comportamento racista de uma sociedade. Mas, a resistência sobreveio, e ao criarem o Recreio da Classe Operária, fundaram uma sociedade recreativa que se contrapõem a costumes racistas. Esta iniciativa de resistência pode ser considerada de sucesso visto que até os dias presentes o Clube Liame Operário é um dos mais atuantes em termos de entretenimento e lazer, no município de Santa Vitória do Palmar, e ainda possui o perfil de público voltado a população negra.

A segregação racial é uma forma de controle exercido sobre determinada população. Esse domínio exercido pela exclusão do outro, retratada aqui na forma de segregação racial da população negra na cidade de Santa Vitória do Palmar revela que se tratam de construções sócio históricas. Nessa perspectiva, pode ser afirmado que os estudos históricos de Foucault mostraram as práticas de exclusão em torno da questão da loucura, da sexualidade e do indivíduo criminoso são uma continuidade das práticas de exclusão dos leprosos que era realizada na Idade Média. Essa constatação sobre a sociedade ocidental que realiza processos de exclusão pode ser correlacionada ao problema da segregação racial vivenciada outrora e a questão do racismo ainda presente nas sociedades ocidentais.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira.** Vozes: Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COLOMBANI, Maria Cecília. **Foucault y lo político.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Da Natureza Humana: Justiça contra Poder. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org). **Ditos e Escritos IV. Michel Foucault: Estratégia, Poder-Saber.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975).** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População: curso no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LONER, Ana Beatriz. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (org). **RS Negro**: Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsnegro.pdf>. Acesso dia 01 de outubro de 2016.